

O PROCESSO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO DA ECONOMIA PARANAENSE NO SÉCULO XXI

THE PROCESS OF DEINDUSTRIALIZATION OF PARANÁ'S ECONOMY IN THE 21ST CENTURY

EL PROCESO DE DESINDUSTRIALIZACIÓN DE LA ECONOMÍA PARANAENSE EN EL SIGLO XXI

Rodrigo Gavioli Diniz¹

Diogo Danilo de Almeida Pereira²

Resumo: O debate sobre desindustrialização vem ganhando relevância em diferentes áreas do conhecimento, porém não há uma única e absoluta forma de medir a sua existência, as três variáveis mais usuais são as de produção, emprego e comércio exterior. No Brasil, inúmeros autores confirmaram a sua existência a partir do final do século XX, cenário que se mantém até hoje. Dada a sua importância, é de grande valia verificar se as unidades da federação acompanham o Brasil nesse processo. O Paraná, por exemplo, é considerado um dos estados mais “industrializados” do país, mas será isso uma amostra de que a realidade paranaense segue caminho contrário? Isto posto, o objetivo principal dessa investigação foi verificar se o Paraná, assim como o Brasil, experimenta no século XXI a desindustrialização de sua estrutura econômica e, por conseguinte, observar possíveis implicações nas dimensões espacial e econômica. A metodologia utilizada baseia-se na pesquisa bibliográfica acerca do tema central, bem como na coleta, análise e sistematização de dados e indicadores sobre a economia paranaense: participação do Produto Interno Bruto (PIB) industrial no PIB total, comportamento do comércio exterior e emprego industrial. Os resultados indicaram um quadro de desindustrialização com restrições na unidade da federação referenciada e, simultaneamente, constatou-se uma moderada desconcentração dos empregos industriais quando consideradas as Regiões Geográficas Intermediárias (RGIInt) do Paraná e uma reprimarização da pauta exportadora.

Palavras-Chaves: Comércio exterior; Emprego; Produção; Paraná.

Abstract: The debate on deindustrialization has been gaining prominence in different areas of knowledge, but there is no single, absolute way of measuring its existence; the three most common variables are production, employment and foreign trade. In Brazil, numerous authors

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá/PR. E-mail: rodrigogaviolipsn@gmail.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3338358463426457> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-7174-2448>

² Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá/PR. E-mail: diogocrtt@gmail.com Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5510525220899304> Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-1727-8917>

have confirmed its existence since the end of the 20th century, a scenario that continues today. Given its importance, it is of great value to check whether the states are keeping pace with Brazil in this process. Paraná, for example, is considered one of the most "industrialized" states in the country, but is this a sign that the reality in Paraná is going in the opposite direction? That said, the main objective of this investigation was to verify whether Paraná, like Brazil, is experiencing the deindustrialization of its economic structure in the 21st century and, consequently, to observe possible implications in the spatial and economic dimensions. The methodology used is based on bibliographical research on the central theme, as well as the collection, analysis and systematization of data and indicators on Paraná's economy: the share of industrial Gross Domestic Product (GDP) in total GDP, the behaviour of foreign trade and industrial employment. The results indicated a picture of deindustrialization with restrictions in the state of Paraná, while at the same time there was a moderate deconcentration of industrial jobs when considering the Intermediate Geographical Regions (RGInt) of Paraná and a reprimarization of exports.

Keywords: Foreign trade; Job; Production; Paraná.

Resumen: El debate sobre la desindustrialización ha ido ganando protagonismo en diferentes áreas del conocimiento, pero no existe una forma única y absoluta de medir su existencia; las tres variables más comunes son la producción, el empleo y el comercio exterior. En Brasil, numerosos autores han confirmado su existencia desde finales del siglo XX, un escenario que continúa en la actualidad. Dada su importancia, es de gran valor comprobar si los estados siguen el ritmo de Brasil en este proceso. Paraná, por ejemplo, es considerado uno de los estados más "industrializados" del país, pero ¿es esto una señal de que la realidad paranaense va en dirección contraria? Dicho esto, el principal objetivo de esta investigación fue ver si Paraná, al igual que Brasil, está experimentando la desindustrialización de su estructura económica en el siglo XXI y, en consecuencia, observar las posibles implicaciones en las dimensiones espacial y económica. La metodología utilizada se basa en la investigación bibliográfica sobre el tema central, así como en la recopilación, análisis y sistematización de datos e indicadores sobre la economía de Paraná: la participación del Producto Interno Bruto (PIB) industrial en el PIB total, el comportamiento del comercio exterior y el empleo industrial. Los resultados indican un cuadro de desindustrialización con restricciones en el estado de Paraná. Al mismo tiempo, hubo una desconcentración moderada de los empleos industriales cuando se consideran las Regiones Geográficas Intermedias (RGInt) de Paraná y una reprimarización de las exportaciones.

Palabras clave: Comercio Exterior; Trabajo; Producción; Paraná.

Introdução

Para que seja possível dizer se um país ou uma dada região enfrentou ou experimenta o processo de desindustrialização nas suas economias é necessário que em algum momento histórico a indústria tenha tido papel de protagonismo, com múltiplos incentivos e políticas de beneficiamento, colaborando em grande medida para o crescimento econômico, ou em outros termos, conforme Pochmann (2016), tenha assumido a condição de "eixo dinâmico".

A economia, a sociedade e o espaço geográfico do Brasil foram construídos à luz da agropecuária estruturalmente desigual e direcionada essencialmente ao mercado externo. Empreendendo um olhar econômico é possível ponderar acerca de um modelo mercantil, agroexportador, que perdurou por muito tempo e foi baseado numa rígida e agressiva relação entre metrópole e colônia. Do ponto de vista da estrutura social, Teresa Sales (1994) vincula as raízes brasileiras ao espaço “rural” e acrescenta um tópico imprescindível: a escravidão. A terra em abundância e os braços escravos engendraram esse extenso país desigual. Geográfica e espacialmente falando, Santos e Silveira (2008) são referências ímpares ao mostrarem como a origem do Brasil se deu por meio de “arquipélagos” que não mantinham coesão interna, mas sim externa, por meio da mediação metropolitana.

Em um único momento da história nacional foi produzido um arcabouço de políticas que rompeu com esse paradigma agrário, até certo ponto “liberal” e desigual. Sem nos alongarmos muito já que essa não é a intenção da pesquisa, entre os anos de 1930 e 1980 o Brasil tomou outro rumo e o seu “centro dinâmico econômico” (Cano, 2015; Furtado, 2007) se modificou essencialmente. De um país agrário e ainda carente de integração, tornou-se paulatinamente uma nação industrial e referência entre países emergentes no que tange a crescimento. Entre os anos 1946 e 1957 o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de 6,3% a.a.; entre 1958 e 1978 foi de 7,39% a.a. (Tombolo; Sampaio, 2013).

Houve uma “genuína” e inédita política de valorização do setor industrial (Furtado, 2007) com a consolidação da burguesia desse setor. Isso não significa dizer que a história brasileira precedente (antes de 1930) era desprovida de estabelecimentos industriais. Na realidade, as indústrias, notadamente as têxteis e de produção de alimentos, assim como a burguesia industrial, estavam subordinadas à aristocracia cafeeira paulista, que detinha enorme influência na política da República Velha (1889-1930) (Pochmann, 2016).

Após décadas de desenvolvimentismo, o Brasil ingressou em meados de 1980, mas sobretudo na década seguinte, em um danoso e poderoso contexto de políticas neoliberais, com reformas econômicas que objetivaram negar e retirar do Estado a sua capacidade de indutor e gerenciador da economia, assim, iniciou-se um período de “desregulamentação” e de privatizações de empresas públicas. A descontinuidade da prática industrial se iniciara.

Quanto ao Paraná, mesmo com a escassez de trabalhos sobre a temática³, principalmente na ciência geográfica, Fachini (2022) em um estudo recente na ciência econômica evidencia

³ Os trabalhos de Scatolin *et al.* (2007), Wasques (2012) e Fachini (2022) são alguns dos poucos encontrados.

como o setor industrial no estado⁴ perdeu vigor no valor adicionado bruto, em detrimento do setor de serviços entre os anos de 2002 e 2019, *pari passu* a pauta exportadora cada vez mais desprovida de bens sofisticados, baseada sobretudo em produtos de baixo perfil tecnológico. Embora o Paraná nunca tenha atuado como referência industrial a nível do estado de São Paulo, nos últimos anos esse setor aparentemente vem perdendo vigor e dinamismo.

Isto posto, o objetivo principal dessa investigação é verificar se o Paraná, assim como o Brasil⁵, experimenta no século XXI a desindustrialização de sua estrutura econômica e, por conseguinte, observar possíveis implicações nas dimensões espacial (no espaço regional) e econômica (na estrutura produtiva).

Os objetivos específicos basilares se fundamentam em: a) compreender brevemente o que é desindustrialização e como se efetuou no Brasil; b) coletar e sistematizar indicadores da economia paranaense se atentando à relevância do setor industrial, tais indicadores estão vinculados à produção, ao emprego e ao comércio exterior⁶ e são importantes para verificar a existência – ou não – desse processo; c) Evidenciar em caso de confirmação as características dessa desindustrialização, e; d) Identificar a presença de outros processos econômicos e/ou geográficos no Paraná.

Para alcançar os objetivos delineados (geral e específicos), foi adotada neste trabalho uma metodologia quali-quantitativa, fundamentada na pesquisa bibliográfica acerca do tema central – incluindo suas prováveis implicações – e na coleta, análise e sistematização de dados e indicadores estritamente vinculados a esse processo no estado do Paraná. Quanto à pesquisa bibliográfica, ela se efetuou mediante materiais *online*, livros e artigos de revistas; já a coleta dos dados e indicadores se processou, majoritariamente, por meio do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), do *site Comex Stat* e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A sistematização desses dados e indicadores se efetuou mediante a elaboração de um mapa e de um conjunto de tabelas.

O presente texto está organizado em três seções além desta introdução. Na primeira seção é discutido de forma breve o processo de desindustrialização, sobretudo no Brasil. Constam também os já mencionados dados e indicadores da economia paranaense no contexto do século XXI; na segunda parte é feita a análise dos principais resultados encontrados,

⁴ Também estaremos chamando de unidade da federação.

⁵ Scatolin *et al.* (2007), Morceiro (2012) e Pochmann (2016) realizaram estudos que atestam esse processo no Brasil.

⁶ Mais especificamente: a participação do setor industrial no PIB estadual, os principais produtos exportados pela unidade da federação supracitada e a quantidade e espacialidade dos empregos do setor manufatureiro.

atribuindo uma perspectiva geográfica e econômica, em que são apresentadas possíveis implicações dessa desindustrialização no Paraná; na última parte da pesquisa estão dispostas as considerações finais do trabalho.

O conceito de desindustrialização e seus indicadores no estado do Paraná

Antes de apresentar os dados e os indicadores, que possam indicar ou não a desindustrialização da economia paranaense no século XXI, é essencial discutir brevemente o que é esse processo/fenômeno e como ele vem se reproduzindo no Brasil nas últimas décadas. A partir dessa análise será menos complicado atestar a sua presença no estado referenciado, haja vista que o quantitativo e o qualitativo quando colocados isoladamente perdem capacidade explicativa e de resolução das problemáticas lançadas.

Verificar como se dá esse complexo processo exige um esforço extremamente dispendioso, seja ele intelectual e teórico mediante a conjugação de teorias e eventos históricos, como também pela articulação desses fatores aos inúmeros dados disponíveis em múltiplas fontes. Assim, não há uma única ou correta forma de constatar a desindustrialização ou qualquer outro processo que seja.

Pochmann (2016, p. 54) entende que a desindustrialização não é apenas: “[...] o esvaziamento da indústria no produto nacional ou na ocupação geral [...]”, pois isso implicaria em: “[...] uma trajetória constitutiva da sociedade de serviços, ainda dependente da liderança do capital industrial” (2016, p. 55). Na sua visão, um elemento primordial e chave dessa equação é a subordinação do capital industrial (incluindo a sua burguesia), em relação às demais frações produtivas, em outras palavras, é quando a indústria deixa de ser o eixo dinâmico.

No caso particular do Brasil é asseverado que quatro momentos distintos culminaram no enfraquecimento do tecido industrial nacional (Pochmann, 2016). Na segunda metade dos anos 1970 tencionando financiar o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), o Governo Brasileiro recorreu aos empréstimos estrangeiros que resultaram pouco tempo depois no pesadelo da dívida externa. Essa situação calamitosa perdurou no Brasil até meados dos anos 2000, soma-se a isso o fato desse projeto industrial (II PND) não ter priorizado as tecnologias emergentes da Terceira Revolução Industrial, ficando “preso” no tempo ao favorecer setores que não levariam o país a um salto tecnológico necessário. Um segundo momento se deu nos anos 1980 com o ajuste exportador e a contração de investimentos visando a modernização desse tecido industrial.

O terceiro momento se localizou na década seguinte (1990), materializando-se por meio das políticas econômicas neoliberais, principalmente na abertura comercial, financeira e produtiva, ao passo que o governo não disponibilizou aos produtores nacionais plenas condições de competirem com os grandes grupos internacionais. O último ocorre nos anos 2000 com a manutenção, já nos governos de esquerda, do tripé macroeconômico (superávit fiscal, câmbio flutuante e metas de inflação) de fortes laços com o Plano Real e que manteve intactos no Brasil – com algumas variações – o câmbio valorizado e os juros altos. Não houve, por parte desses governos, uma ruptura com o modelo neoliberal, mas sim, políticas que tencionaram mitigá-lo (Pochmann, 2016). Nessa linha, Alysson Mascaro (2018) nomeia esses governos como “administrações divergentes”, pois não romperam com o *modus operandi* do capitalismo financeiro e hegemônico.

Colaborando com a discussão, Bresser-Pereira (2010) adverte que a narrativa empregada por alguns de que a desindustrialização não se faz tão presente no Brasil, por se tratar de uma tendência de escala global, deforma radicalmente o que vem acontecendo na realidade (brasileira e mundial). A diminuição da produção industrial no PIB mundial entre 1970 (25%) e 2017 (17%) não indica necessariamente casos homogêneos, pois como bem colocou Pochmann (2016), há padrões de industrialização (originária, retardatária e tardia) como de desindustrialização (pioneira e avançada), que guardam causas e consequências dissemelhantes. Morceiro (2012) é outro autor que também expõe diferentes tipos de desindustrialização.

No caso dos países desenvolvidos e hegemônicos, por exemplo, foi obtido ao longo da história uma industrialização mais “madura” e moderna que elevou expressivamente o PIB *per capita* dessas nações, posteriormente houve – e continua em curso – a transferência da mão de obra para o setor de serviços, em especial os sofisticados. Lamoso (2013) entende esse deslocamento como resultado da “desindustrialização positiva” que mantém o pleno emprego e se distingue da “desindustrialização negativa” que produz desemprego.

O Brasil além de não ter alcançado esse padrão industrial estritamente vinculados às tecnologias de ponta, viu o PIB por pessoa se estagnando, serviços não sofisticados se expandindo, o capital industrial se “financeirizando” violentamente e, principalmente, se desindustrializou: “[...] para produzir mais *commodities*” (Bresser-Pereira, 2010, p. 185).

Ademais, Morceiro (2012), mostra que os estudos de Robert Rowthorn e Fiona Tregenna são de grande relevância no Brasil, o primeiro autor para diagnosticar a desindustrialização se apropria de indicadores tocantes ao emprego, já a autora privilegia em

grande medida os aspectos ligados à produção. Na dimensão da América Latina, Gabriel Palma é destaque ao incorporar um outro elemento vital para além do emprego e da produção, trata-se do comércio exterior.

Isto posto, por que não articular indicadores sobre emprego, produção e comércio exterior em um único estudo? Embora essa congruência possua algumas limitações metodológicas, poderá oferecer um panorama mais integral quanto ao supracitado processo, abarcando muitas de suas facetas e horizontalizando as possibilidades de compreendê-lo. Esse trabalho buscará até onde for possível corroborar nesse sentido.

Assim, o primeiro indicador contemplado será o da composição do PIB paranaense, focalizando na participação do setor industrial. A fonte precípua é o IPARDES, já que esse instituto oferece vários indicadores diferentes – e detalhados – sobre a realidade paranaense. Os vetores que compõem o “**Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes (R\$ 1.000,00)**” são o “**PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos - Total (R\$ 1.000,00)**”, que inclui os setores agropecuário, industrial, comercial e de serviços e administração pública mais o “**PIB - Impostos (R\$ 1.000,00)**”.

Mesmo que o recorte temporal da pesquisa seja o século XXI⁷, em lugar da coleta de todo o período optamos por anos selecionados visando a estabelecer comparações: 2002 (o primeiro computado para esse vetor), 2011 e 2020, ou seja, um espaço de nove anos entre eles. Assim, é possível observar como a composição do PIB foi se alterando no decorrer do século. Soma-se a isso o fato do PIB disponibilizado pelo IPARDES ser o nominal, ou seja, usam-se os preços correntes para calculá-lo, não elucidando o PIB real, este que é calculado a preços constantes, tendo como referência um ano base. Isso faz com que os números apresentados aqui sejam divergentes em relação a outras fontes – como será visto mais à frente – e tenham limitações.

Considerando as informações acima e realizando uma análise inicial quanto aos dados e indicadores dispostos no *site* do IPARDES, percebe-se que em 2002 (conforme a Tabela 1), parte expressiva do PIB (cerca de 86,53%) foi composto pelos setores da economia que possuem mais destaque no debate quanto a esse vetor econômico (agropecuária, indústria, serviços e comércio e administração pública), sendo que parcela considerável dos 86,53% pertenceram ao setor terciário da economia, ou seja, adveio dos setores de comércio e

⁷ Seria de grande valia, no que concerne ao PIB, coletar e sistematizar dados e indicadores referentes ao século XX, permitindo a realização de comparações, porém, o IPARDES (na sua base de dados) disponibiliza o PIB a partir de 2002.

prestadores de serviços (IPARDES, 2023a). Esse quadro de protagonismo do PIB terciário na economia paranaense será uma constante no século XXI.

Tabela 1 - PIB (nominal) do Paraná em 2002

<i>Composição do PIB</i>	<i>Em R\$</i>	<i>Em %</i>
PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos - Total (R\$ 1.000,00)	76.353.218,041	86,53%
PIB - VAB a Preços Básicos na Agropecuária (R\$ 1.000,00)	8.462.914,918	9,59%
PIB - VAB a Preços Básicos na Indústria (R\$ 1.000,00)	23.308.010,446	26,42%
PIB - VAB a Preços Básicos no Comércio e Serviços (R\$ 1.000,00)	34.972.719,033	39,64%
PIB - VAB a Preços Básicos na Administração Pública (R\$ 1.000,00)	9.609.573,655	10,89%
PIB - Impostos (R\$ 1.000,00)	11.882.496,936	13,47%
Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes (R\$ 1.000,00) – TOTAL	88.235.714,970	100%

Fonte: IPARDES, 2023a. Elaboração dos autores, 2023.

Quanto ao PIB industrial, apesar dele estar distante do percentual e do número absoluto do setor terciário, encontra-se com participação expressiva quando comparado aos demais setores econômicos, sobretudo o agropecuário, que não chegou a compor nem 10% nesse ano analisado. Nove anos depois a realidade do PIB paranaense pouco se alterou, contudo podemos fazer algumas ponderações. Por exemplo, a relação agropecuária-PIB em 2011 (Tabela 2) indicou queda da participação de tal setor econômico nesse indicador da economia, de 9,59% em 2002 decresceu para 8,06% em 2011, a mesma tendência de queda se fez também (porém, de forma muito modesta) na administração pública (IPARDES, 2023a).

Tabela 2 - PIB (nominal) do Paraná em 2011

<i>Composição do PIB</i>	<i>Em R\$</i>	<i>Em %</i>
PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos - Total (R\$ 1.000,00)	218.851.112,672	85,12%
PIB - VAB a Preços Básicos na Agropecuária (R\$ 1.000,00)	20.734.957,581	8,06%
PIB - VAB a Preços Básicos na Indústria (R\$ 1.000,00)	62.004.882,445	24,11%
PIB - VAB a Preços Básicos no Comércio e Serviços (R\$ 1.000,00)	109.155.492,507	42,45%
PIB - VAB a Preços Básicos na Administração Pública (R\$ 1.000,00)	26.955.780,168	10,48%
PIB - Impostos (R\$ 1.000,00)	38.271.155,855	14,88%
Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes (R\$ 1.000,00) – TOTAL	257.122.268,525	100%

Fonte: IPARDES, 2023a. Elaboração dos autores, 2023.

Nesse segundo ano explorado o PIB industrial obteve a maior queda registrada, quando analisados todos os vetores que compõem o PIB estadual em questão. De 26,42% em 2002 foi para 24,11% e, apesar de aparentar uma redução pequena, pouco expressiva, demonstra que independentemente de os empregos industriais terem crescido absoluta e percentualmente no período delimitado (o que será analisado posteriormente), o impacto da produção manufatureira na economia perdeu vigor em detrimento da expansão significativa do PIB comercial e de serviços. Esse por sua vez, de 39,64% no início do século chegou aos 42,45% quase dez anos depois (IPARDES, 2023a).

No último ano contemplado, o setor terciário não conseguiu manter uma escalada de crescimento, mas também não registrou perda expressiva, mantendo o posto de setor mais participativo no PIB do estado do Paraná (Tabela 3). Caso semelhante de decréscimo ocorreu com o setor industrial, já que os 24,11% registrados no ano de 2011 se transformaram em 22,78% em 2020 (IPARDES, 2023a). Vale dizer que o único vetor, dentre todos os considerados, que não apresentou crescimento em nenhum dos anos selecionados, foi o industrial, a diminuição de sua participação se deu de forma contínua.

Tabela 3 - PIB (nominal) do Paraná em 2020

<i>Composição do PIB</i>	<i>Em R\$</i>	<i>Em %</i>
PIB - Valor Adicionado Bruto (VAB) a Preços Básicos - Total (R\$ 1.000,00)	426.369.453,210	87,38%
PIB - VAB a Preços Básicos na Agropecuária (R\$ 1.000,00)	56.493.860,969	11,58%
PIB - VAB a Preços Básicos na Indústria (R\$ 1.000,00)	111.144.409,448	22,78%
PIB - VAB a Preços Básicos no Comércio e Serviços (R\$ 1.000,00)	201.893.052,968	41,38%
PIB - VAB a Preços Básicos na Administração Pública (R\$ 1.000,00)	56.838.129,811	11,65%
PIB - Impostos (R\$ 1.000,00)	61.561.140,578	12,62%
Produto Interno Bruto (PIB) a Preços Correntes (R\$ 1.000,00) – TOTAL	487.930.593,779	100%

Fonte: IPARDES, 2023a. Elaboração dos autores, 2023.

Após a agropecuária conviver com queda entre 2002 e 2011, verificou-se crescimento para 2020, chegando aos 11,58%, o maior percentual desse setor entre os anos escolhidos para a análise. O mesmo movimento se deu no caso da administração pública que teve queda (pouco expressiva) entre os dois primeiros anos selecionados, mas que em 2020 obteve um percentual na casa dos 11%, para ser mais específico, esse número foi de 11,65% (IPARDES, 2023a).

O vetor dos impostos, pouco destacado até o momento, é outro que sofreu com oscilações no período compreendido, mas ao invés de decréscimo, entre 2002 e 2011 (casos da agropecuária e administração pública) obteve crescimento e maior participação no PIB, de 13,47% (2002) para 14,88% (2011). O movimento de queda que produziu esse quadro de inconstância, se deu entre 2011 e 2020 (idêntico ao setor que abarca comércio e serviços), alcançando 12,62% nesse último ano (IPARDES, 2023a), o pior desempenho entre os anos selecionados.

Os indicadores organizados nessas tabelas indicam que a economia paranaense é minimamente diversificada, porém segue uma tendência de muitos países (inclusive do Brasil) de participação vultosa dos setores de comércio e prestação de serviços no PIB, em outros termos, de expansão do setor terciário no valor bruto da produção e comercialização econômica. Porém, é necessário lembrarmos um ponto imprescindível, nos países de economia mais madura os serviços que se expandem são aqueles mais sofisticados e produtivos, o caso brasileiro, todavia, segue caminho contrário com uma “economia da padoca” (Gala, 2022).

Apesar do termo ser cômico reflete uma realidade em que: “não há grandes indústrias *high tech*, nem serviços empresariais sofisticados e escaláveis. Não há inovação tecnológica, nem novos produtos. Não há economias de escala nem economias de escopo” (Gala, 2022, n.p).

Mesmo que o termo seja aplicado essencialmente a um panorama nacional podemos relacioná-lo com algumas restrições ao caso paranaense, uma que vez a indústria, verdadeiro arranjo produtivo provedor de inovações radicais e de transbordamentos, encontra-se perdendo participação na produção da economia estadual. Essa constante de queda no século XXI, entre os anos selecionados, é explícita: 26,42% (2002), 24,11% (2011) e 22,78% (2020).

Ainda que avaliar o PIB seja um indicador válido, é insuficiente tê-lo como única medida para confirmar um processo tão complexo como esse (desindustrialização), ainda mais se tratando do PIB nominal presente neste trabalho. Lançando mão daquilo que dissertamos no início da seção é importante considerar não apenas dados e indicadores ligados à produção, é preciso ir além. Objetivando uma integralidade do fenômeno/processo aqui tido como cardeal, na sequência serão analisados os produtos mais exportados pelo estado supracitado no século XXI, ou seja, o seu comércio exterior.

Compreender as características da pauta exportadora – constitutiva do comércio exterior – de um país ou de uma unidade da federação implica também em apreender o papel desempenhado por esse dado recorte no comércio internacional, concomitantemente é um caminho extremamente usado por estudiosos para verificar a existência de um outro processo muito comum nas estruturas econômicas e que mantém até certo ponto relação com a desindustrialização, trata-se da reprimarização.

Lopes (2020) assevera que nas últimas duas décadas, ou seja, a partir do início do século XXI o comércio exterior brasileiro se modificou essencialmente de duas maneiras: quantitativa e qualitativamente. Não só o volume exportado aumentou consideravelmente como também: “as exportações passaram a ser majoritariamente compostas por produtos primários de menor valor agregado e menor rentabilidade, caracterizando um movimento comumente denominado de reprimarização das exportações” (Lopes, 2020, p. 175). Na perspectiva do autor essa especialização primária nas exportações nacionais não é uma exceção na história do Brasil, mas sim o seu padrão, esse que foi restringido durante as décadas de desenvolvimentismo.

Dentre as diversas formas possíveis de se identificar as causas da reprimarização, Lopes (2020) destaca quatro delas, sendo que uma particularmente está em consonância com a desindustrialização, realçando a conexão entre ambos os processos. Nessa interpretação que nos

interessa o autor associa reprimarização à doença holandesa⁸, taxa de câmbio e desindustrialização.

Recorrendo aos dados disponibilizados pelo IPARDES (2019), observa-se que no século XXI, notadamente nos anos selecionados (2001, 2005 e 2009, para a primeira década do século e 2011, 2014 e 2018 para a segunda década) a pauta de exportações do Paraná tem sua base consideravelmente ligada aos produtos de menor valor agregado e menor sofisticação tecnológica, ou seja, pertencentes ao setor primário da economia. Esse quadro é mais acentuado na segunda década, ou seja, entre 2011 e 2018 (o último ano do cômputo)⁹.

As Tabelas 4 e 5 ratificam esse panorama e atestam os dois movimentos: desindustrialização e reprimarização da estrutura econômica. Desindustrialização, já que os setores industriais, precipuamente de maior conteúdo tecnológico, e automação – que tem como produto final bens para consumo ou que serão utilizados em outras indústrias – perderam vigor nessa unidade da federação durante os últimos 20 anos, realçando concomitantemente um direcionamento privilegiado para a produção primária. Essa situação no Paraná guarda relações com o câmbio valorizado no Brasil desde os anos 1990, isto é, um cenário propício para a exportação de bens primários – especialmente as *commodities* – e para a importação de bens de consumo.

A reprimarização se aplica e se expande, pois em dado momento do século, particularmente em 2005, as atividades manufatureiras representavam parte significativa da exportação paranaense, porém, no último ano computado (2018) o cenário é totalmente diferente, com mais da metade das vendas sendo representadas pela soma do complexo da soja e da carne, de menor valor agregado. Desse modo, os bens primários superaram os bens manufaturados, tal constatação vai de acordo com o que é dissertado por Lamoso (2020), que assevera sobre o Paraná ter se reprimarizado.

⁸ Bresser-Pereira e Marconi (2010) são defensores da existência dessa “doença” no Brasil condicionada mediante a eliminação de mecanismos (nos anos 1990), que protegiam a indústria nacional desde a década de 1930, na visão dos autores essa doença holandesa guarda relações estritas com o processo de desindustrialização nacional, já que tal processo ocorre quando um país abundante em recursos naturais decide se especializar na produção desses bens (de menor valor agregado).

⁹ Os anos selecionados para a análise da pauta exportadora divergem daqueles utilizados para a análise do PIB, visto que neste caso o IPARDES disponibilizou indicadores entre 2001 e 2018, no caso do PIB, eles foram disponibilizados entre 2002 e 2020. Em decorrência disso tornou-se inviável utilizar os mesmos anos para as duas análises, sendo necessário a realização de algumas adequações sem comprometer, todavia, o objetivo da pesquisa.

Tabela 4 - Exportações do Paraná por grupos de produtos (2001, 2005 e 2009)

<i>Grupos de produtos</i>	<i>Participação em %</i>		
	<i>2001</i>	<i>2005</i>	<i>2009</i>
Complexo soja	31,27%	22,89%	29,17%
Complexo carnes	8,23%	12,97%	14,81%
Material de transporte e componentes	21,42%	24,87%	13,01%
Papel e celulose	2,63%	2,50%	3,08%
Madeiras e manufaturas de madeira	9,28%	11%	4,74%
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3,28%	5,48%	3,87%
Açúcar	3,41%	2,42%	6,24%
Produtos químicos	2,08%	2,44%	3,50%
Petróleo	1,52%	1,72%	2,86%
Café	2,23%	2,24%	2,35%
Derivados de petróleo	1,52%	1,76%	2,82%
Outros grupos de produtos	13,14%	9,70%	13,56%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: IPARDES, 2019 e *Comex Stat*, 2023. Elaboração dos autores, 2023.

Nos anos selecionados da primeira década do século XXI é perceptível que os grupos de produtos que demandam e empregam mais tecnologia e mecanização no processo produtivo, como “Material de transporte e componentes” e “Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos”, apresentaram aumento de suas participações entre 2001 e 2005, mas experimentaram queda para o ano de 2009. Ambos somados chegaram a representar mais de 30% das exportações do Paraná em 2005, porém quatro anos depois esse percentual foi irrisório, não chegando aos 17% (IPARDES, 2019).

O “Complexo soja” obteve oscilações no período, de queda considerável entre 2001 e 2005, mas retomando o protagonismo ao final da década, quadro esse que será ainda mais acentuado na década seguinte. Quanto ao “Complexo carnes”, ele apresenta um escalada de crescimento relevante entre 2001 e 2009, de 8,23% no primeiro ano chegou aos 14,81% no final da década (em 2009), ou seja, quase dobrou sua participação nas exportações (IPARDES, 2019).

Tabela 5 - Exportações do Paraná por grupos de produtos (2011, 2014 e 2018)

<i>Grupos de produtos</i>	<i>Participação em %</i>		
	<i>2011</i>	<i>2014</i>	<i>2018</i>
Complexo soja	31,36%	33,58%	38,11%
Complexo carnes	13,06%	16,04%	15,32%
Material de transporte e componentes	12,64%	9,11%	10,30%
Papel e celulose	2,69%	3,05%	6,95%
Madeiras e manufaturas de madeira	3,69%	5,41%	6,85%
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	3,74%	3,85%	3,03%
Açúcar	8,55%	6,37%	3,85%
Produtos químicos	3,54%	4,20%	3,11%
Petróleo	3,83%	1,84%	2,19%
Café	2,64%	2,22%	1,91%
Derivados de petróleo	3,70%	1,84%	1,40%
Outros grupos de produtos	10,57%	12,50%	6,98%
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: IPARDES, 2019 e *Comex Stat*, 2023. Elaboração dos autores, 2023.

Na segunda década e conforme elucidado, ocorreu uma gradativa acentuação da participação do “Complexo soja” nas exportações totais (IPARDES, 2019), os produtos que constituem esse grupo, desde a soja em grãos até os seus derivados superaram 1/3 das exportações do Paraná em 2018 (38,11% contra os 31,36% no início da década em análise). Mesmo que no processo produtivo da soja – e isso vale para a carne – e dos seus derivados haja um mínimo de complexidade envolvida, gerando produtos processados, é preciso entender que ele está distante de propiciar encadeamentos ou transbordamentos na economia, tal como o setor das indústrias mais complexas (Hirschman, 1958; Morceiro, 2012) e detém um nível de intensidade tecnológica baixo comparado a outros grupos das Tabelas 4 e 5, assim, são produtos essencialmente vinculados ao setor primário da economia.

O grupo “Material de transportes e componentes” teve variação nos anos computados, dos 12,64% registrados em 2011 depreciou-se de forma contundente em 2014, ficando abaixo dos 10% (vale ponderar que no ano de 2005 chegou a constituir quase ¼ das exportações do Paraná), o que expressa uma de suas piores participações em todo o século XXI, para depois ter um ínfimo aumento em 2018, quando conquistou 10,3% da fatia da pauta exportadora. A participação relativa também é de variação no grupo “Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos”, dos 3,74% registrados em 2011 conquistou na sequência um aumento sutil, chegando aos 3,85% no ano de 2014 para depois apresentar queda, já que obteve apenas 3,05% em 2018. Esse foi o segundo pior desempenho do grupo em todo o século, ficando atrás somente de 2002, quando registrou 2,71% das exportações (IPARDES, 2019).

O terceiro grupo de indicadores é o mais complexo e difícil de ser organizado e mensurado, devido à quantidade expressiva de dados. Tomando para análise essa constatação no que tange ao quantitativo e a espacialização de empregos industriais no Paraná, tivemos de recorrer a algumas adequações e recortes. Por exemplo, para apresentar os números desses empregos consideramos todos os tipos de ocupações laborais do setor industrial somados, respeitando as tipologias do IPARDES e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹⁰. Portanto, em lugar da exposição do quantitativo por tipologia (separadamente), foi feita uma soma total, haja vista a grande quantidade de setores industriais.

Outro recorte implementado diz respeito à parte da espacialização. Para averiguar como os postos de trabalho industriais estão dispostos no Paraná, foram consideradas as Regiões Geográficas Intermediárias (RGInt) existentes nessa unidade da federação (IBGE, 2017), visto que através desse recorte é possível traçar um quadro comparativo entre elas e ponderar sobre possíveis desigualdades intra-regionais e movimentos de perda ou ganho. Isto posto, as RGInt do Paraná são as de: Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa.

Outras duas questões merecem destaque, primeiro a escolha pelos mesmos anos selecionados do momento da análise da participação do PIB industrial no PIB paranaense (2002, 2011, 2020) e segundo, é que será verificado na sequência a participação desses postos de trabalho no total paranaense, o que permite examinar se houve expansão relativa (proporcional) dessas ocupações laborais.

Dessa maneira, na Tabela 6 é possível ver o número total de empregos industriais nos anos selecionados a partir das RGInt. Em todos os anos a RGInt de Curitiba foi aquela que abrangeu o maior quantitativo de empregos industriais o que é previsível tendo em vista que se trata de uma região dinamizada pela capital do estado, dispondo inevitavelmente de elementos condicionantes para tal, seja em termos populacionais ou de infraestrutura.

Depois de contar com um acréscimo entre 2002 e 2011 nos números absolutos, houve na segunda década do século um movimento de queda nesse montante que ficou explícito em 2020. Tal panorama não é único da RGInt de Curitiba já que as regiões influenciadas por Londrina e Maringá, segundo e terceiro municípios mais populosos do Paraná respectivamente, também tiveram acréscimo entre 2002 e 2011 e depois apresentaram uma diminuição no quantitativo de empregos industriais (IPARDES, 2023b).

¹⁰ As categorias industriais delimitadas pela RAIS e pelo IPARDES e incorporadas nesse artigo (somadas) são muitas e podem ser observadas no *site* do IPARDES. É válido ponderar também quanto à dificuldade de delimitar o que é indústria e o que não é. Um dos caminhos encontrados foi utilizar as tipologias do IPARDES e da RAIS.

Tabela 6 - Quantitativo e localização dos empregos industriais no Paraná, em anos selecionados (2002, 2011 e 2020)

<i>Regiões Intermediárias (RGInt) + Paraná</i>	<i>Anos selecionados</i>		
	2002	2011	2020
RGInt Curitiba	315.022	508.131	427.450
RGInt Guarapuava	22.084	22.915	25.553
RGInt Cascavel	125.548	240.812	291.139
RGInt Maringá	144.594	264.360	254.957
RGInt Londrina	156.926	254.148	237.530
RGInt Ponta Grossa	75.131	98.785	114.856
Número total de empregos industriais no Paraná	839.305	1.389.151	1.351.485

Fonte: IPARDES, 2023b. Elaboração dos autores, 2023.

As demais RGInt da unidade da federação conviveram com uma tendência de aumento entre os anos selecionados, todavia, cabe um destaque especial para a RGInt de Cascavel que mais do que dobrou o seu montante total, de 125.548 empregos registrados em 2002 passou para 291.139 em 2020 (IPARDES, 2023b).

Quanto ao quadro geral do Paraná, nota-se entre 2002 e 2011 um aumento expressivo no quantitativo, cerca de 549.846 novos empregos industriais nessa unidade da federação, porém na década seguinte essa tendência não se manteve e o estado supracitado teve uma diminuição no número total, de 1.389.151 em 2011 para 1.351.485 postos de trabalho industriais em 2020 (IPARDES, 2023b).

Não é possível dizer quais foram as indústrias favorecidas ou prejudicadas nesse processo (as de maior ou menor intensidade tecnológica), pois como foi ponderado anteriormente, a pesquisa apresenta algumas adequações necessárias, entre elas a não realização de uma investigação minuciosa por tipologia de empregos industriais.

Apesar desse panorama concernente ao número de empregos industriais no Paraná, para auferir se houve desindustrialização é imprescindível observar se os empregos industriais representam – ou representaram – um percentual significativo ou não no total de empregos paranaenses. Considerando os anos selecionados constatou-se que as variações foram pequenas e que em todos eles as ocupações laborais industriais expressaram quase 1/3 dos postos de trabalho do Paraná.

Em 2002, dos 2.651.936 empregos existentes de acordo com o IPARDES (2023b) 31,64%, ou 839.305, estavam no setor manufatureiro, já em 2011 esse percentual se elevou minimamente para 32,23% (1.389.151 dos 4.309.428), para depois depreciar-se e chegar aos 30,45% (1.351.485 dos 4.437.614). Partindo desses números acerca dos postos de trabalho, não é possível atestar a desindustrialização no Paraná, diferentemente do que foi constatado nos indicadores referentes ao PIB e ao comércio exterior quando tal processo ficou explícito.

Isto posto, na próxima seção do trabalho consta uma breve análise dos principais resultados obtidos e organizados nessa parte da investigação.

Análise dos resultados e possíveis implicações

Primeiramente é vital destacar que os números encontrados no IPARDES e sistematizados no trabalho diferem daqueles disponibilizados pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI, 2023)¹¹, seja em termos de PIB (já que o IPARDES, conforme destacado, disponibiliza o PIB nominal) ou empregos. A primeira instituição é contemplada na pesquisa, pois oferta com mais detalhes a realidade paranaense e corrobora no cumprimento dos objetivos da pesquisa. Um motivo provável que explica essa diferença é o fato da metodologia e dos critérios adotados serem igualmente diferentes, o IPARDES (2023b, n.p), por exemplo, no que tange aos empregos, considera vínculo empregatício como

[...] a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário pré estabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário. Adicionalmente a RAIS levanta dados sobre vínculos de trabalhador avulso, trabalhador temporário (Lei nº 6.019, de 03/01/74), menor aprendiz, diretor sem vínculo que tenha optado por recolhimento do FGTS e trabalhador com contrato de trabalho por prazo determinado (Lei nº 9.601, de 21/01/98).

Desse modo, partindo do que foi apresentado na seção anterior podemos afirmar que o Paraná experimenta o processo de desindustrialização de sua economia no século XXI – bem como o de reprimarização – com restrições. Isso ocorre, pois, os indicadores referentes ao PIB industrial e ao comércio exterior elucidaram tal problemática com muita nitidez; por outro lado,

¹¹ Mediante o IPARDES foi constatado que em 2020, 22,78% do PIB paranaense foi constituído pelo setor industrial, na CNI (2023) esse percentual foi superior, cerca de 26,1%, entretanto, eles compartilham semelhanças ao diagnosticarem perda da participação industrial no PIB do estado entre 2011 e 2020.

os indicadores referentes aos empregos industriais não foram capazes de confirmar esse quadro, em que prevaleceu a estagnação com pequenas variações na participação total.

O PIB industrial em queda na totalidade do PIB paranaense demonstra que mesmo existindo iniciativas que objetivam a expansão do setor industrial, incapazes de alavancar consideravelmente a indústria, os demais setores da economia são privilegiados de forma semelhante pelos formuladores de políticas públicas. Simultaneamente, o setor agropecuário apesar de representar uma fatia pequena do PIB estadual conseguiu crescer na segunda década do século XXI, principalmente pelo bom desempenho da soja.

A divulgação de que o Paraná consolidou, em 2020, a quarta posição entre as unidades da federação no que tange à participação no PIB industrial nacional, bem como sendo o terceiro estado que mais cresceu na composição industrial nacional entre o intervalo dos biênios 2007/2008 e 2017/2018, participando de 7,43% ante os 6,38% (IPARDES, 2021) não expressa necessariamente um êxito nas políticas industriais, já que o próprio Brasil também se desindustrializou.

O país iniciou o século com 26,6% do seu PIB, sendo de origem industrial, o melhor desempenho se processou em 2004 com 28,6% e entre 2010 a 2017 experimentou decréscimo ano após ano, de 27,4% em 2010 passou para 21,1% em 2017, sendo este o pior ano da história brasileira desde 1948, em termos de participação da indústria no PIB (IBGE, 2023).

Analisar o PIB tem o seu valor, principalmente para identificar processos e fenômenos econômicos de natureza quantitativa, mas suas limitações ficam evidentes – a preços constantes e correntes – ao não explicitar questões como qualidade de vida, desigualdade, pobreza e problemas na distribuição da renda e da riqueza, elementos mais complexos e qualitativos. Para esses casos, outros indicadores como o Índice de Gini, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o PIB *per capita* são recomendados.

O contexto do comércio exterior mostra que o Paraná vem direcionando sua pauta exportadora aos produtos de menor valor agregado, de nenhum ou de baixo processamento. Na primeira década do século esse movimento não foi tão acentuado, inclusive segmentos industriais de maior conteúdo tecnológico chegaram a constituir parte considerável desse comércio. Esse movimento de reprimarização e desindustrialização, a partir do comércio exterior, impacta fortemente a estrutura econômica da unidade da federação, podendo causar simplificação produtiva, ou seja, uma economia menos complexa.

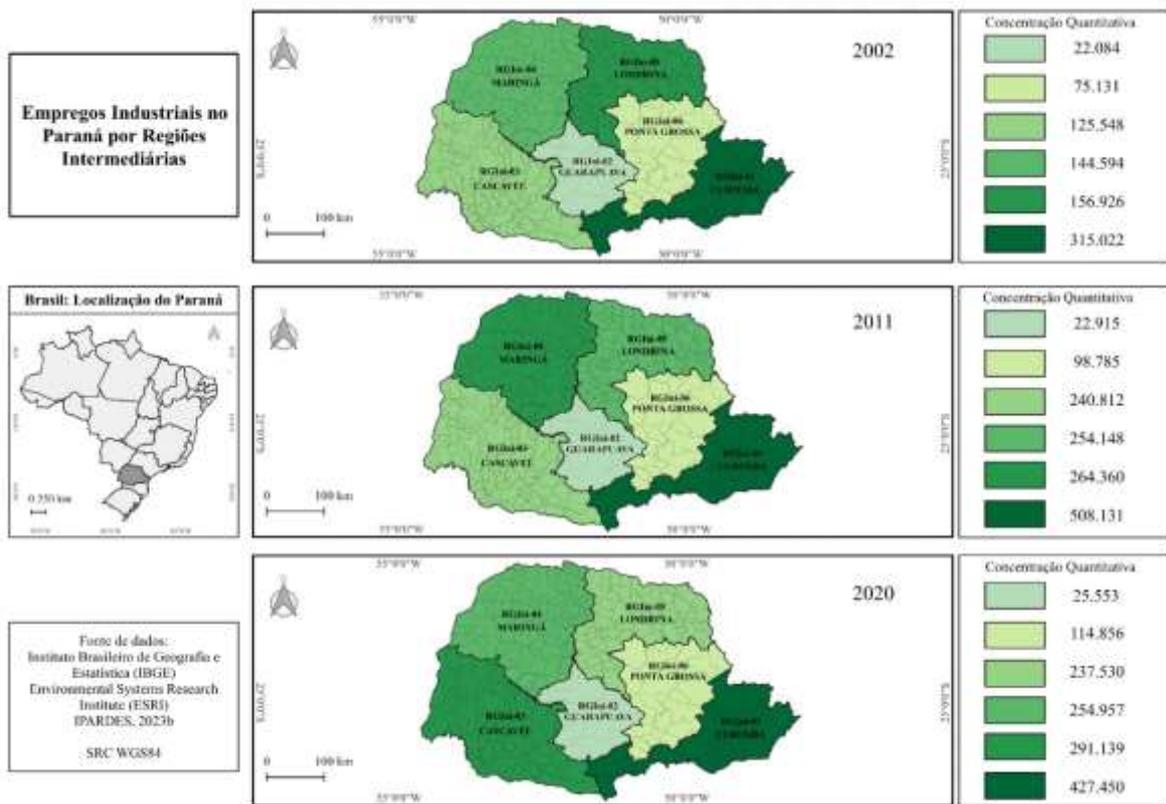
Para verificar essa complexidade não é necessário auferir empregos ou estabelecimentos de um dado setor econômico (nem o PIB), mas sim analisar a composição da pauta exportadora,

em outros termos, se um país ou região exporta bens raros (não ubíquos) e se essas exportações são diversificadas (Hausmann; Hidalgo, 2013) há complexidade. No caso do Paraná essa pauta de exportações é minimamente diversificada, assim como a sua economia, conforme elucidado anteriormente, porém está distante de uma plena comercialização de bens não ubíquos, basta analisar as Tabelas 4 e 5.

Com relação aos empregos industriais e partindo do que foi disposto na Tabela 6 é presumível ponderar que as RGInt tradicionalmente privilegiadas com os empregos industriais perderam sua contundência no contexto regional e estadual em detrimento das outras RGInt. Os motivos que explicam esse movimento não são evidentes, mas uma hipótese a ser considerada diz respeito à melhora das virtualidades (infraestruturas, equipamentos e serviços) nas regiões recentemente beneficiadas. Milton Santos (2006) afirma que esse esforço dos lugares para se manterem “atrativos” pode ser nomeado como “guerra dos lugares”.

Assim, é plausível afirmar que as RGInt interioranas estão sendo beneficiadas nesse contexto de século XXI, particularmente entre os anos de 2011 e 2020 com destaque para o caso de Cascavel, o que permite levantar a possibilidade de uma diminuição na concentração de empregos, antes localizados sobremaneira na RGInt de Curitiba. A Figura 1 ratifica esse processo.

Figura 1 - Empregos Industriais no Paraná por Regiões Intermediárias



Fonte: IPARDES, 2023b. Elaboração dos autores, 2023.

Embora a desindustrialização não tenha sido confirmada por meio dos empregos industriais (somente por meio do PIB e do comércio exterior), podemos falar sobre desconcentração espacial. Reolon (2013) explica de maneira exemplar esse conceito/processo e apresenta as diferenças com relação ao conceito de descentralização. Enquanto o primeiro (desconcentração) é uma redistribuição das atividades produtivas (empregos e estabelecimentos) no espaço geográfico, em diferentes escalas possíveis, o segundo se refere ao poder decisório, ou seja, ao comando do capital¹².

Em Reolon e Sposito (2022), por exemplo, os autores ponderam quanto à existência de uma desconcentração espacial da indústria no território brasileiro, exceto no caso do “grupo” industrial de alta tecnologia. Essa realidade de aparente desconcentração industrial no Paraná – ainda sutil – pode indicar, conforme contribuições teóricas e conceituais de Lencioni (1999),

¹² Numa perspectiva muito parecida e abordando particularmente o estado de São Paulo, Lencioni (1999) discute esses e outros conceitos. Para a autora, a “desconcentração” se fundamenta na expansão das atividades industriais para o “interior”.

Reolon (2013) e Reolon e Sposito (2022), uma reestruturação econômica e produtiva no estado do Paraná¹³.

Assim, a desindustrialização não se limita apenas à discussão econômica de mais ou menos indústria, não se prende ao mero debate “economês”. As suas implicações permeiam incontáveis áreas e dimensões, um exemplo disso ocorre na própria ciência econômica, em que esses efeitos são amplos e podem – devem, na verdade – ser interpretados de diferentes formas, sempre com uma perspectiva abrangente.

Dessa forma, a desindustrialização tem impactos observados na estrutura produtiva, notadamente em termos de sofisticação produtiva. Ora, privilegiar demasiadamente a exportação de produtos primários ou de baixo processamento, mesmo com a existência de algum êxito industrial na economia, em paralelo a uma expansão de serviços não sofisticados corrobora para um quadro de baixo dinamismo e irrisória competitividade no comércio internacional, ocupando a posição de mero coadjuvante. Esse é o caso do Paraná, que vem se destacando entre as demais unidades da federação, em virtude de alguns méritos industriais, que não representam, por sua vez, uma mudança paradigmática no estado e muito menos colaboram para uma alteração de rumos na escala nacional.

Concomitantemente, essa realidade na estrutura produtiva tem grande potencial para afetar negativamente a qualidade de vida e os empregos. Observamos no Paraná o crescimento de postos de trabalho industriais em dado momento do século XXI, contudo, mais recentemente esse movimento se restringiu e a participação do setor terciário na economia se expandiu. É crível imaginar que os serviços não sofisticados preeminentes no Brasil façam parte da realidade paranaense, o que significaria, em grande medida, aumento da informalidade, condições precárias de trabalho e poder de consumo da população comprometido.

Considerações finais

Foi sistematizado na pesquisa um conjunto expressivo de dados e indicadores acerca da economia paranaense no século XXI, esses que foram tratados objetivando verificar a existência ou não da desindustrialização no estado. Com o fim das análises, verificou-se a presença de tal

¹³ Armen Mamigonian (1999) também menciona a questão da reestruturação econômica (logo, produtiva). Na visão desse geógrafo a organização do espaço geográfico no capitalismo mantém relações estritas com a indústria, em suas análises os ciclos de Kondratieff são cardeais.

processo no Paraná¹⁴ – exceto no caso dos empregos industriais. Essa desindustrialização com restrições é detentora de características particulares e únicas da realidade paranaense.

Apesar de sua existência, é inapropriado afirmar que alternativas não possam ser engendradas ou que esse processo em curso é incontornável. Ainda que a unidade da federação supracitada tenha priorizado os artigos de baixo processamento e baixo conteúdo industrial – e tecnológico – nas suas exportações no decorrer da segunda década do século XXI, caracterizando reprimarização, ou então, considerando que a indústria vem decrescendo na participação do PIB estadual (em termos nominais), o Paraná é um dos estados mais bem colocados em âmbito nacional no que concerne à indústria.

Cabe ponderar e ratificar, entretanto, que esse quadro não expressa necessariamente políticas industriais sistêmicas, mas sim, que a despeito desses elementos dispostos na realidade, o tecido industrial paranaense tem uma base a ser explorada e potencializada. Até porque, no início do século XXI, produtos que exigiam mais em termos de complexidade e conteúdo industrial representavam parte relevante das exportações paranaenses, o que se perdeu no decorrer dos últimos anos, ou seja, a indústria já foi mais relevante para a economia do estado, seja em matéria de PIB ou comércio exterior.

Junto a isso e analisando os resultados obtidos referente à quantidade e à espacialização dos empregos da manufatura, o processo de desconcentração – relativamente moderado – se faz presente no estado. Na segunda década do século XXI a RGInt de Curitiba perdeu ocupações laborais em detrimento de outras RGInt, isso pode indicar até certo ponto uma redução das desigualdades, no que diz respeito ao acesso aos melhores empregos. Essa desconcentração também pode indicar uma reestruturação produtiva da economia estadual.

É possível que a manutenção dessa desconcentração aconteça simultaneamente à expansão da prática industrial, em especial, de uma prática vinculada às tecnologias e inovações disruptivas e paradigmáticas, produzindo uma notável reestruturação produtiva e econômica. Sem um arcabouço contundente de políticas industriais e de políticas educacionais isso não será possível. Os próprios serviços sofisticados, de maior produtividade, inexistem sem uma densa plataforma industrial, já que parte considerável da demanda por esses serviços é oriunda da manufatura.

¹⁴ É importante voltar a mencionar que o PIB nominal usado no trabalho detém limitações (o IPARDES não tem esses dados a preços constantes), impondo restrições a pesquisa no que concerne a análise da produção estadual, mas é uma referência valiosa que não pode ser descartada.

A partir dessa investigação realizada pretende-se contribuir com a temática da desindustrialização, tanto no caso paranaense como numa perspectiva mais abrangente, dada a sua relevância atual. Essa importância não se faz apenas na Economia ou na Geografia Econômica, está presente nas discussões que envolvem desenvolvimento econômico, o que inclui necessariamente soberania nacional e justiça social. Logo, é um debate sobre projeto de país, que está em falta no Brasil.

É importante voltar a mencionar que existem poucos trabalhos de relevância que abordam a desindustrialização no Paraná, dentre aqueles que merecem destaque especial (pois enriquecerem o debate) estão as pesquisas de Scatolin *et al.* (2007) e de Wasques (2012). No primeiro caso os autores constataram o processo de desindustrialização em âmbito nacional – em curso desde a década de 1980 – mediante a análise do PIB e do emprego, contudo, no caso paranaense, os resultados foram consideravelmente mais tímidos e ficaram restringidos aos primeiros anos do século XXI. O trabalho de Wasques (2012), por sua vez, é mais semelhante ao nosso, mas os resultados encontrados (que não foram capazes de atestar a desindustrialização) também se limitaram à primeira década deste século.

Dessa forma, a presente pesquisa oferece três elementos diferenciais em relação a outros trabalhos que focalizam a mesma temática. Primeiro, porque é uma pesquisa na área de Geografia, carente de investigações dessa natureza (essas que são desenvolvidas majoritariamente na ciência econômica) com uma perspectiva espacial; segundo, pelo fato de ter apresentado dados e indicadores vinculados à produção, ao emprego e ao comércio exterior, com ênfase na indústria, tal realidade não é recorrente e um dos poucos trabalhos nessa direção é o do já citado Wasques (2012) e; terceiro, por contemplar a segunda década do século XXI, abrangendo dados e indicadores não explorados nos dois trabalhos anteriormente citados.

Referências

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Brasil vive desindustrialização. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 29 ago. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2908201011.htm>. Acesso em: 21 maio 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; MARCONI, Nelson. Existe Doença Holandesa no Brasil? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Doença holandesa e indústria**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 155-172.

CANO, Wilson. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do Estado Nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 35, p. 444-460, 2015.

COMEX STAT. **Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil**. 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 23 maio. 2023.

CNI - Confederação Nacional da Indústria. **Paraná**. 2023. Disponível em: <https://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pr>. Acesso em: 23 maio 2023.

GALA, Paulo. **Brasil: a economia da padoca**. 2022. Disponível em: <https://www.paulogala.com.br/economia-da-padoca/>. Acesso em: 22 maio 2023.

FACHINI, Rodrigo Felipe. **Avanço da reprimarização da pauta exportadora brasileira e paranaense na década de 2010: contextualização com a desindustrialização do Brasil e do Paraná**. 2022. 33 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HAUSMANN, Ricardo; HIDALGO, César A., *et al.* **The atlas of economic complexity: mapping paths to prosperity**. Massachusetts: Massachusetts Institute Of Technology And Center For International Development (MIT), 2013.

HIRSCHMAN, Albert. **The strategy of economic development**. London: Yale University Press, 1958.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 82 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SCNT - Sistema de Contas Nacionais Trimestrais**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9300-contas-nacionais-trimestrais.html>. Acesso em: 23 maio 2023.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: comércio exterior**. 23. ed. Curitiba: 2019. 28 p.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná avança na industrialização e tem o terceiro maior crescimento do País em 10 anos**. 2021. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Parana-avanca-na-industrializacao-e-tem-o-terceiro-maior-crescimento-do-Pais-em-10->

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 2008.

SCATOLIN, Fábio Dória *et al.* Desindustrialização? Uma análise comparativa entre Brasil e Paraná. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 35, n. 1, p. 105-120, 2007.

TOMBOLO, Guilherme Alexandre; SAMPAIO, Armando Vaz. O PIB brasileiro nos séculos XIX e XX: duzentos anos de flutuações econômicas. **Revista de Economia**, v. 39, n. 3, 2013.

WASQUES, Renato Nataniel. O fenômeno da desindustrialização: uma análise do caso paranaense no período 1990-2010. **Economia & Tecnologia**, v. 8, n. 1, p. 67-76, 2012.

Recebido em 06 de junho de 2023.

Aceito em 30 de agosto de 2023.

Publicado em 27 de setembro de 2023.